

VILLAS-BÔAS CORRÊA

Senado encerra ciclo de 88

O clima de fim de festa, de salve-se quem puder, só engana os tolos e consola os aflitos: dentro de mais alguns dias ou semanas, qualquer que seja o desfecho da crise burra do Senado provocada pela violação do sigilo do voto para satisfazer ao capricho da bisbilhotice de senadores abelhudos – seja com a cassação dos senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães ou de um deles, e até de nenhum –, o arranjo de comadres tentará rolar a pedra da rotina para o poço sem fundo do esquecimento. Essa é a previsão cínica acalentada pelo pessimismo de décadas de frustrações.

Só que, desta vez, não dá para enganar a sociedade com o show da falsa indignação e as ameaças de punições exemplares, que restabeleçam a confiança na velha Casa de tantas tradições e a imagem da compostura temperada pela sabedoria dos cabelos brancos e o brilho das calvícies. Pelo visto, nem os senadores que rodopiam na agitada ciranda dos depoimentos, das acareações entre os implicados no estupro das entranhas do Prodasen, já se deram conta de que a crise de desmoralização do Senado, na vexaminosa exposição de mazelas escondidas, é mais do que um capítulo da crise do modelo político inaugurado com a Constituição-cidadã das potocas de 88, depois dos quase 21 anos da Redentora. É a denúncia da falência de todo o sistema, trespassando os três poderes e exigindo reforma drástica e urgente.

O desmonte do Senado, com a degradingolada dos compromissos éticos, enrosca a trapaça da violação do painel para a revelação do furado sigilo dos votos que cassaram o mandato do ex-senador Luiz Estevão na cauda do suicídio moral da ampla maioria dos 81 senadores que elegeram para a presidência o senador Jader Barbalho, flor do vaso trincado da bancada do PMDB, desqualificado pela denúncia de enriquecimento ilícito e pelo envolvimento com as quadrilhas que saqueiam a Sudam, o Banco do Pará e as desprotegidas verbas públicas amazônicas.

O Senado não é caso isolado, com a agravante da surpresa. E sim o fim de linha, o foco que ilumina o quadro da decomposição do sistema político montado com as ilusões e esperanças da despedida do arbítrio do rodízio dos generais-presidentes da Redentora. E que se desgastou com impressionante rapidez. Como se atacado pelas sete pragas da maldição.

É tema para ser tratado em várias conversas. Por ora, basta o choque do reconhecimento de que a experiência democrática conquistada na rua, com a mobilização popular, a participação dos estudantes, o engajamento de políticos, está reclamando o socorro de revisão imediata, como casa de janelas e portas sem trinco, telhado esburacado, com risco de desabamento à primeira tempestade. Remendos não bastam para tapear os estragos do relaxamento. Só a reforma, com a derrubada das paredes para aproveitar o terreno e as estruturas. Depois de reforçadas.

Êxitos setoriais, como na Educação, na Saúde e em alguns programas sociais, não redimem o presidente Fernando Henrique Cardoso do fracasso político que antecipa o fim do seu governo, condenando-o a mero espectador do jorro de corrupção de bilhões em tradicionais antros de rapinagem, como a Sudam, a Sudene, o DNER. A cada dia, uma nova cifra registra o recorde da roubalheira. A CPI do Finor (Fundo de Investimento do Nordeste), ao fim de um ano de investigação, descobriu que o rombo na Sudene chega a espantosos R\$ 2,2 bilhões. Em seis anos e quatro meses de dois mandatos de FH, a onerosa rede de controle das despesas públicas, dos tribunais de conta, e a assessoria palaciana ignoraram a atuação das gangues que falsificam projetos para garantir o financiamento superfaturado, na mais comum das trampas da corrupção.

Despejado da redoma da intocabilidade, o Poder Judiciário estranha a cobrança da sociedade e irrita-se com as críticas. Mas o delírio de grandeza brasileiro dos palácios e a discriminação denunciada pelas estatísticas da população carcerária, a morosidade dos processos sufocados pela burocracia, a caducidade dos códigos, a barafunda da Justiça Trabalhista, garantem espaço para o Judiciário na agenda da Constituinte, que pede passagem para a campanha eleitoral de 2002.

A campanha ganhou seu tema, com as credenciais da absoluta prioridade. Nenhum candidato escapará do desafio de apresentar proposta consistente de reforma política, para atrair a sociedade ao debate e garantir a prévia aprovação consensual ao elenco de sugestões a ser encaminhado a Assembleia Constituinte, com prazo determinado e agenda restrita, como primeiro ato do presidente que tomará posse em 1º de janeiro de 2003.

A reforma para a correção dos erros, distorções e incompetência de anos de equívocos e facilidades é a saída única para a crise do modelo de 88, que se exauriu até a última gota e virou o bagaço dos escândalos, da corrupção e da impunidade que arrastou a atividade política ao enojado desprezo da população.

Repórter político do **Jornal do Brasil**
e-mail: villas@jb.com.br